

RUBEM BRAGA

MAIS UM FACTO

A redacção do brilhante órgão catholico desta capital não gostou do que escrevi hontem. Narrei aqui um facto. A Missão Salesiana prestou contas ao governo com documentos falsificados. Pedi que provassem o contrario e dissessem onde está o dinheiro. Não disseram onde está o dinheiro. Também não negaram o facto. Fica de pé, portanto, com o endosso dos redactores do jornal catholico desta capital, a seguinte affirmação: os padres da Missão Salesiana apresentaram documentos falsos. Vamos vêr agora a interpretação que se insinua. Leiam com attenção.

"E" apresentada uma conta, em que apparecem firmas fantásticas e representadas por falsos procuradores. A quem attribuir a falsificação? A quem recebeu as mercadorias ou a quem se utilizou do nome de firmas inexistentes para realizar o negocio lucrativo? Nomes aliás que, com pequenas modificações, são de firmas realmente existentes.

Eu pergunto: si alguém forneceu aos padres alguma mercadoria que interesse podia ter esse alguém em assignar as facturas com nomes suppostos de supostas firmas? Si esse alguém tinha a mercadoria, e vendeu a mercadoria, e a entregou e recebeu o dinheiro — que interesse tinha em se fazer passar por procurador de uma firma inexistente?

Houve uma falsificação. A quem podia interessar essa falsificação? A falsificação interessava aos padres. Para receber dinheiro em 1932 elles precisavam provar que haviam empregado o dinheiro recebido em 1931. Para provar isso apresentaram facturas falsas de firmas supostas.

Em resumo: o Serviço de Protecção aos Indios affirma e prova que os padres salesianos forjaram facturas falsas para poderem receber dinheiro. O jornal catholico reconhece que as facturas eram falsas — e aventa a hypothese de que essas facturas falsas apresentadas pelos padres para poderem receber dinheiro foram forjadas por terceiros... Julguem os leitores.

Passemos a um outro facto. Em 14 de janeiro de 1932 monsenhor Pedro Massa dirigiu ao Ministerio do Trabalho um requerimento solicitando o auxilio de 100 contos destinados á localisação dos trabalhadores nacionaes no Rio Negro, pedindo logo o pagamento da primeira prestação de 40 contos de réis. Para esse fim juntou a prestação de contas do auxilio extraordinario de 30 contos, recebidos em 1931, constituída por uma conta da casa do Largo do Machado "Gomes Barbosa e Cia.", na importancia de 47:956\$600.

A 4.ª Secção do DNP disse em seu parecer o seguinte: que a Recebedoria do Districto Federal e a Directoria de Rendas

da Prefeitura Municipal verificaram que em 29 de dezembro de 1931 — dia da supposta transacção — Gomes Barbosa e Cia. não averbaram vendas sequer no valor de 3 contos de réis. Feito o exame da escripturação da casa, constatou-se pelo registro de vendas mercantis e pelo copiador de facturas que nesse dia os negociantes não effectuaram a tal venda. E mais: os proprios negociantes declararam que graciosamente haviam dado documentação á Missão do Rio Negro do Amazonas a pedido do monsenhor Pedro Massa.

No caso que contei hontem as facturas eram falsas, de firmas inexistentes, com falsos procuradores. Neste caso de hoje a factura era verdadeira, mas a transacção nella constante era falsa. Que extranhos são esses caralheiros que vendem coisas aos padres! Uns assignam as facturas em impressos com nomes phantasticos de firmas parecidas com nomes de firmas reaes; outros declaram que fizeram a factura a pedido, para prestar uma obsequio a monsenhor — e nada venderam!

Tudo isso consta de um parecer do Serviço de Protecção aos Indios do Ministerio da Guerra. Diz o jornal catholico que esse Serviço é "sectario", age com "má fé" e tem uma argucia communitoide". Devo confessar que não tenho a honra de conhecer pessoalmente o cel. Vicente Paulo Vasconcellos, chefe do S. P. I. do Estado Maior do Exercito. Não posso informar, portanto, si esse militar é "sectario", "homem de má fé" ou "communitoide". Apenas exponho aqui factos cuja documentação recebo do cel. Vasconcellos. Como na pessoas que ficam contrariadas com isso, peço a essas pessoas que destrúam esses factos, que digam porque os padres apresentam facturas falsas, porque pedem a um negociante para phantasiar uma conta, e onde está o dinheiro, o dinheiro que devia ser applicado em beneficio dos indios de Matto Grosso e dos indios do Rio Negro.

Não tenho usado aqui de expressões fortes, não tenho falado em "baba de odio" nem chamo ninguem de "despeitado" ou "pérfido". Tenho exposto factos provados — e esses factos não foram nem podem ser negados.

Quanto a me chamarem de "adventicio", tenho a dizer que estou em Porto Alegre tão á vontade como em qualquer outra cidade do Brasil. Sou brasileiro, e onde quer que esteja dentro do Brasil estou em minha casa. Porque não se ergue o meu brilhante collega dr. Flori contra os "adventicios" que veem de Turim ensinar nossos indios a cantar a "Glovinenza" e adorar a bandeira italiana?